

Rediscutindo a noção de equivalência linguística na tradução a partir da Sociolinguística Variacionista¹

Mariana Schuchter Soares²

Maucha Andrade Gamonal³

Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda⁴

RESUMO: O objetivo deste trabalho é rediscutir, sob a perspectiva teórica, o processo tradutório e, em especial, a noção de equivalência linguística a partir dos pressupostos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972, 1982, 1994, 2001). Considerando que cada variedade linguística reflete a realidade sócio-cultural de seus falantes, pretendemos questionar se seria possível uma representação fidedigna, na tradução, da variedade linguística que caracteriza o texto original.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos da Tradução; Equivalência linguística; Sociolinguística Variacionista.

ABSTRACT: The aim of this paper is to revisit theoretically the translation process and, particularly, the notion of linguistic equivalence based on assumptions of Variationist Sociolinguists (LABOV, 1972, 1982, 1994, 2001). Considering that each linguistic variety reflects differently the socio-cultural reality of its speakers, we intend to question whether it would be possible to maintain a faithful representation of the linguistic variety that characterizes the original text.

KEYWORDS: Translation Studies; Linguistic equivalence; Variationist Sociolinguists.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo discutir o processo tradutório e, em especial, a noção de equivalência linguística a partir dos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972, 1982, 1994, 2001). Partindo do princípio de que a heterogeneidade linguística é um reflexo da heterogeneidade social, pretendemos questionar se realmente é possível a língua traduzir a sociedade. A noção de equivalência linguística sugere, no processo tradutório, que o papel do tradutor seria o de transferir a mensagem de um código para outro, ou seja, caberia ao tradutor meramente a transposição daquilo que estaria explicitado no texto original para a língua de chegada. Essa noção estrita de equivalência

¹ O presente artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Tradução e Sociolinguística Variacionista: a busca de interfaces na análise do processo tradutório”, que é coordenado pela Profa. Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda na Universidade Federal de Juiz de Fora.

² Mestranda em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marichuc@ig.com.br

³ Mestranda em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: mauchaandrade@gmail.com

⁴ Pós-doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora. Docente responsável pela orientação do trabalho. E-mail: patriciacunhajf@ig.com.br

caminhava em sintonia com o formalismo linguístico. Nas décadas de 1960 e 1970, a partir dos pressupostos teóricos em que se estabeleciam, na Linguística, o estruturalismo e o gerativismo, a noção de equivalência linguística alcançou um estatuto bastante relevante (RODRIGUES, 2000, p. 22-23), visto que se atribuía à língua e ao texto de partida uma importância bastante extremada. Dessa forma, o tradutor não era considerado agente no ato tradutório, já que os significados seriam estáveis, e seu papel se restringiria a transferir de uma língua para outra o que o autor do original quis dizer.

Com o passar do tempo, observamos que a noção estrita de equivalência linguística tem sido amplamente criticada e revista. E, nesse sentido, vários estudiosos da área da tradução apresentam um importante papel nessa mudança de perspectiva. Holmes (1972), ao instituir a disciplina Estudos da Tradução, defende a autonomia e a importância da área. Even-Zohar (1978), ao propor a Teoria dos Polissistemas, contribui para a valorização da tradução como um sistema que está em constante relação com diversos outros sistemas que o circundam. Lefevere (1992), ao defender a noção de reescritura, destaca que todos os tradutores são autores, pois interferem diretamente no texto, fazendo escolhas a cada momento da tradução. Venuti (1995), ao sistematizar as noções de domesticação e estrangeirização, demonstra que as escolhas do tradutor não são fortuitas.

Diante da importância da noção de equivalência linguística para os Estudos da Tradução, discutimos, neste trabalho, como a Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972, 1982, 1994, 2001) pode contribuir substancialmente para ratificar que a noção clássica de equivalência linguística realmente não dá conta da atividade tradutória. Como defendemos, cada variedade reflete, de maneira bastante particular, a realidade sócio-cultural da comunidade linguística que a utiliza. Desse modo, por mais que o tradutor busque equivalências entre a língua de partida e a língua de chegada, nunca haverá uma representação efetiva e total da(s) variedade(s) linguística(s) que caracteriza(m) o texto original. A fim de promover as discussões apontadas acima, o presente trabalho constitui-se de cinco seções, as quais serão sintetizadas a seguir.

Na primeira seção, tratamos da Ciência da Tradução e da Oficina Norte-americana de Tradução, as quais teriam como base, respectivamente, as noções de equivalência linguística e estética. Já na segunda seção, (re)discutimos pontualmente a noção de equivalência linguística, verificando de que maneira o desenvolvimento dos estudos linguísticos teriam contribuído para que essa concepção tradutória fosse repensada e redimensionada. Na terceira seção, apontamos como os Estudos Culturais da Tradução também teriam atuado fundamentalmente no questionamento da noção de equivalência linguística. Na quarta seção,

apresentamos os conceitos basilares a partir dos quais se estabelece a Sociolinguística Variacionista. Por fim, buscamos reenquadrar a noção de equivalência linguística na tradução a partir dos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista.

1. A equivalência na Ciência da Tradução e na Oficina Norte-Americana de Tradução

A Ciência da Tradução surgiu na década de 1960, inaugurada pelas teorias de Nida (1964), Catford (1980), Wilss (1982) e Newmark (1981). Tal ciência baseia-se, principalmente, na idéia de que as línguas são equivalentes entre si e, por isso, seria possível a realização de uma tradução que se igualasse estritamente ao texto original. A noção de equivalência linguística estrita na tradução traz consigo – como herança do estruturalismo de Saussure (1916) – a língua perspectivizada na dicotomia significante x significado. Isso quer dizer que a língua, nessa abordagem, é tratada fora de contexto e que os fatores históricos e sócio-culturais da língua de partida e da língua de chegada são desconsiderados. Assim, uma vez que a língua passa a ser concebida a partir de uma perspectiva imanentista, fechada em si mesma, resguardada de variações e mudanças, a tradução acaba sendo entendida como um trabalho restrito à busca de equivalências linguísticas. Apesar de a Linguística e a Ciência da Tradução serem duas disciplinas distintas, na época, acreditava-se que a tradução era bastante dependente da ciência que tratava dos fenômenos linguísticos. A independência da prática tradutória da Linguística só seria reconhecida com os *Estudos da Tradução* (1972), disciplina sobre a qual discorreremos mais adiante.

Nida (1964), um dos principais teóricos da Ciência da Tradução, adotava a diferença entre estrutura profunda – forma abstrata subjacente que determina o significado da frase –, e estrutura superficial – representação do símbolo físico que produzimos e ouvimos –, do gerativismo linguístico de Chomsky (1957). Dessa forma, Nida (1964) propôs o conceito de equivalência dinâmica, i.e., a mensagem original, quando traduzida, deveria expressar os mesmos efeitos no público da língua de chegada. Para Catford (1980), a tradução envolvia a equivalência textual, a partir da qual qualquer texto na língua de chegada deveria ser equivalente à sua realização original na língua de partida, e a correspondência ou equivalência formal, i.e., qualquer categoria gramatical presente na língua de partida deveria se tornar equivalente na língua de chegada. Já para Wilss (1982), a tradução seria uma mera *transferência interlingual*, i.e., uma busca por equivalências estritas para uma reprodução fiel do texto de partida na língua de chegada. Por sua vez, Newmark (1981) enfatizava o uso da

tradução literal, ou seja, a língua empregada no texto original deveria ser completamente mantida, considerando-se obrigatórias, até mesmo, as traduções de neologismos e metáforas.

A equivalência também estava presente na Oficina Norte-Americana de Tradução, a qual surgiu nos Estados Unidos na década de 1960. No entanto, o foco estava na equivalência estética, voltada para a forma do texto, e não para os significados. Como em todo trabalho literário há uma experiência estética fundamental, caberia ao tradutor recuperá-la na língua-alvo. Desse modo, ocorria a valorização do texto original e passava-se a entender a tradução como um processo mecanicista e voltado para a mera reprodução do texto original.

2. Rediscutindo a noção de equivalência linguística

Saussure (1916), com o *Curso de Linguística Geral*, estabelecia a Linguística como a ciência da linguagem, sob um ponto de vista estruturalista, o qual seria privilegiado ainda por muitos anos. Para ele, o objeto de estudo da nova ciência deveria ser a língua (sistemática), que se distinguia da fala (não-sistemática). A língua, então, era tratada como uma estrutura homogênea e autônoma e, por isso, os significados eram considerados estáveis. Um significante (imagem acústica) nunca estaria desacompanhado de um significado (conceito). Assim, não se levavam em conta fatores externos à estrutura linguística, como o contexto social de produção.

A partir de então, juntamente à teoria de Chomsky (1957), que inaugurava o gerativismo, instaurou-se o formalismo linguístico, baseado numa visão imanentista e considerando sempre um falante-ouvinte ideal. Tais idéias também influenciaram a área de tradução, que buscava a estabilidade dos significados e desprezava completamente os aspectos extralinguísticos, como o próprio tradutor e os fatores de natureza histórica e sócio-cultural.

No entanto, quando se pensa na língua como produto social, é impossível conceber a existência de equivalentes linguísticos estritos. Por esse motivo é que, na última metade do século XX, as concepções linguísticas baseadas em equivalência começaram a ser questionadas pelos estudiosos do funcionalismo, os quais defendiam ser a Linguística uma ciência contextualizada e histórica. Sob essa perspectiva, o funcionalismo linguístico privilegia as transformações contínuas da língua dentro de uma sociedade, a construção dos significados a partir dos diferentes usos e as variações linguísticas, considerando-se, nesse caso, as diferentes situações comunicativas. Assim, surgiram novas subáreas da Linguística

baseadas nessa perspectiva, como, por exemplo, a Análise do Discurso, a Pragmática, a Sociolinguística Interacional e a Sociolinguística Variacionista.

Com o advento da Sociolinguística Variacionista no final da década de sessenta e com o seu desenvolvimento – principalmente, a partir do trabalho de Labov (1972, 1982, 1994, 2001) –, passou-se a considerar que a língua é um fenômeno situado socialmente. Desse modo, não se pode dizer que ela seja homogênea, já que está em constante transformação e varia de acordo com a época, com a região, com a classe social, com a idade e/ou o sexo do falante, com a situação de uso (diferentes graus de formalidade e informalidade, por exemplo), entre outros fatores. Há, portanto, uma relação intrínseca entre a heterogeneidade linguística e a heterogeneidade social.

Paralelamente à mudança de paradigma na Linguística, iniciou-se também na tradução um processo de reequadramento, como veremos na próxima seção.

3. Os Estudos Culturais da Tradução: algumas reflexões

Como observamos, a noção estrita de equivalência linguística foi sendo questionada com o passar do tempo. O papel do tradutor, nesse sentido, teve importante destaque, já que passou a ocorrer uma ênfase maior na recepção do texto traduzido. Foi com esse foco que surgiram os Estudos Descritivos da Tradução, também conhecidos como Estudos Culturais da Tradução, que instauraram um novo paradigma em relação ao tratamento do processo tradutório. Nesse contexto, vários estudiosos da área assumiram um importante papel na mudança de perspectiva acerca da tradução.

Holmes (1972) ocupou um papel de destaque nesse sentido. Ele verificou que era negativa a tamanha dispersão em que os estudos da área se encontravam, visto que as pesquisas científicas que tomavam como base a tradução não eram sistematizadas nas diversas áreas do conhecimento. Considerou que, devido a essa dispersão, havia muitas imprecisões quanto ao modelo tradutório adotado, os métodos considerados e as terminologias utilizadas. O autor compilou as distintas formas pelas quais a tradução vinha, até então, sendo referenciada, apontando que os termos eram muito diferenciados e, muitas vezes, vagos, como “arte da tradução”, “princípios da tradução”, “fundamentos da tradução”, “filosofia da tradução” e “Ciência da Tradução”.

Analisando detidamente todas as imprecisões que, até o momento, caracterizavam a área da tradução, o estudioso propôs a criação de uma disciplina que tratasse de questões

relacionadas eminentemente ao processo tradutório, sugerindo a designação “Estudos da Tradução” para se referir à área. Holmes (1972, p. 176), então, expôs a seguinte definição para a disciplina: “Os Estudos da Tradução devem ser entendidos como uma designação coletiva e inclusiva para todas as atividades de pesquisas tendo o fenômeno de traduzir e da tradução como base ou foco”.

Outra contribuição importante foi a proposta de Itamar Even-Zohar (1972). O autor se opôs à noção estruturalista proposta por Saussure (1916), no *Curso de Linguística Geral*. Em vez de tratar o sistema sob uma perspectiva imanentista, Even-Zohar (1972), ao analisar o sistema literário, propôs que ele fosse considerado de forma dinâmica e contextualizada, sempre em interrelação com outros sistemas existentes. Nesse sentido, optou pela nomenclatura *polissistema* em vez de estritamente sistema. Para desenvolver essa proposta, ele constituiu a Teoria dos Polissistemas e defendeu a ideia de que, ao mesmo tempo em que o sistema literário interage com outros sistemas – econômico, político, editorial, religioso etc. –, ele também é constituído de forma dinâmica, já que seria formado pela literatura canônica e pelas literaturas consideradas não-canônicas, como a literatura de massa, a literatura infantil, a literatura traduzida etc.

Um conceito bastante importante também foi proposto por Lefevere (1992). Para o autor, a atividade tradutória seria um ato de reescritura, ou seja, os tradutores interfeririam diretamente no texto, fazendo escolhas a cada momento da tradução. Sob essa perspectiva, a atividade tradutória seria ideologicamente comprometida, já que as intervenções apresentadas no texto-fonte seriam delineadas pela ideologia no momento em que se processa a tradução, sendo em si um processo de reescritura.

Em 1995, Lawrence Venuti sistematizou dois conceitos que também se tornaram importantes nos Estudos da Tradução: as noções de domesticação e estrangeirização. Segundo o autor, a estrangeirização consiste na busca pela permanência das diferenças linguístico-culturais que caracterizam o texto de partida. Nesse caso, o tradutor se torna visível no processo de tradução. Já a domesticação envolve, por parte do tradutor, uma adaptação do texto de partida ao contexto cultural do texto de chegada, desconsiderando os mais relevantes aspectos culturais que caracterizam a língua/o texto de partida, o que contribuiria, inclusive, para a sua invisibilidade.

Como pudemos observar a partir deste breve panorama, estes autores contribuíram substancialmente para a virada cultural nos Estudos da Tradução, possibilitando que o tradutor passasse a ser considerado elemento essencial no processo tradutório.

4. Sociolinguística Variacionista: alguns conceitos basilares

À Sociolinguística Variacionista – a qual foi formalmente instituída em 1968, com a publicação da obra “Empirical foundations for a theory of language change”, de autoria de Weinreich, Labov e Herzog – compete o estudo da intrínseca relação da língua e a sociedade. Nesse sentido, a língua é concebida como sendo heterogênea e socialmente determinada, sujeita às variações e mudanças relacionadas às transformações dos padrões culturais e ideológicos de uma dada comunidade linguística.

Podemos, ainda, considerar o fenômeno da variação linguística como sendo um índice de identidade. A língua, como pretendemos reiterar, está diretamente relacionada ao contexto em que se insere, e a variação, por sua vez, é um fenômeno eminentemente social. O uso de diferentes variedades linguísticas possibilita-nos reconhecer as características de um falante ou de uma determinada comunidade de fala. Além disso, fatores como idade, sexo, profissão, região, classe social etc. também condicionam as variantes linguísticas⁵ utilizadas. Assim, cada dialeto e/ou socioleto⁶ são únicos e representam realidades específicas, o que impossibilita equivalentes estritos entre duas ou mais línguas.

É importante ressaltar que as mudanças não acontecem da mesma forma que as variações. Aquelas se dão por um processo lento e gradual. Uma variante pode persistir por muitos anos em uma dada língua e não originar uma mudança. Assim, pode-se afirmar que nem toda variação conduz a uma mudança, mas toda mudança implica uma prévia variação.

Os processos de variação linguística podem ser considerados sob quatro diferentes perspectivas (COSERIU, 1980): a) variação diacrônica: caracteriza um processo de mudança no decurso do tempo; b) variação diatópica: processo de variação relacionado ao espaço geográfico; c) variação diastrática: compreende fatores como classe social, escolaridade, sexo, idade etc.; d) variação diafásica: aquela que trata do grau de formalidade de acordo com as distintas situações comunicativas em que a língua é utilizada.

⁵ De acordo com Labov (1972), variantes linguísticas são consideradas formas alternativas de se apontar o mesmo conteúdo proposicional no mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade.

⁶ Como destaca Cunha Lacerda (2010, p. 138), por dialeto compreende-se a realização regional (também chamada de variação diatópica) de uma variedade linguística. No entanto, as particularidades regionais não seriam fortuitas e/ou aleatórias, mas sim ocasionadas por fatores socio-históricos, que, por sua vez, poderiam estar relacionados a situações de contato linguístico, processos migratórios e/ou imigratórios etc. Ainda segundo a autora, no caso do socioleto, esse se configura como as variedades relacionadas a cada agrupamento linguístico a partir de sua classe social e de seu grau de escolarização (variação diastrática).

É importante considerar que a natureza da variação e da mudança é sistemática, i.e., tais fenômenos não se dão de forma aleatória, já que os interlocutores precisam compreender uns aos outros para que a interação seja possível. Assim, vários trabalhos vêm sendo realizados com base no escopo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, com o intuito de verificar como a variação é estruturada e como se fundamentam os processos de mudança em progresso, para que se possam melhor compreender as transformações que ocorrem em uma língua.

5. Repensando a noção de equivalência linguística a partir da Sociolinguística Variacionista

Como defendemos neste trabalho, a Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972, 1982, 1994, 2001) pode contribuir substancialmente para demonstrar que a noção clássica de equivalência linguística realmente não dá conta da atividade tradutória, uma vez que parte do princípio de que a língua é, por sua própria natureza, representativa da identidade linguístico-social da comunidade que a utiliza. Como vimos, a Sociolinguística Variacionista parte do pressuposto de que há uma indissociável relação entre a língua e a sociedade, considerando que toda variedade linguística é marcada social e historicamente, atuando como um índice de identidade entre os falantes. Não há, portanto, dialetos e socioletos idênticos. No caso da tradução, esta questão se torna crucial: se não há línguas idênticas e, muito menos, dialetos e socioletos que se igualem, não se pode conceber a atividade tradutória como um simples processo de equivalência linguística.

Nesse contexto, o profissional de tradução pode ser considerado, entre outras coisas, um intermediador de culturas. É preciso, em seu trabalho, traduzir textos que representem uma certa realidade sócio-cultural para um interlocutor de uma outra realidade. Assim, são utilizados recursos que não são equivalentes linguísticos, mas sim intercambiáveis no sentido de uma equivalência pragmática – concepção segundo a qual o significado é relativo a contextos determinados, considerando-se, assim, a relação dos signos com seus intérpretes. Para Sobral (2008, p. 76), isso é o que se pode chamar de *correspondência*, quando “os recursos de criação de sentido de uma língua podem ser recriados por meio de recursos de outra língua, para produzir efeitos de sentido semelhantes”. Assim, o tradutor deve analisar os aspectos da língua de partida e da língua de chegada, ponderar os fatores sócio-culturais envolvidos e *recriar* o texto para um novo interlocutor. O termo *correspondência* surge, então, para demonstrar que não há como atingir uma equivalência linguística estrita ao

considerarmos, com o suporte da Sociolinguística Variacionista, que cada variedade linguística é única e reflete a identidade de seus falantes.

Considerações finais

A partir da discussão empreendida neste trabalho, vimos como a noção de equivalência linguística estrita não oferece subsídios para uma possível abordagem de todas as relações que perpassam uma dada língua. Nessa concepção, procuramos demonstrar como a Sociolinguística Variacionista pode contribuir, de forma bastante significativa, para com os Estudos Descritivos da Tradução, uma vez que a língua, sob essa perspectiva, é considerada índice de identidade de seus falantes. Nesse sentido, a Sociolinguística Variacionista, como acreditamos, pode contribuir para ratificar que a tradução é uma atividade contextualizada, que deve sempre levar em consideração os aspectos culturais relacionados tanto ao texto-fonte quanto ao texto-alvo.

Compreende-se, então, que o papel do tradutor não seria de apenas “transferir” significados da língua de partida para a língua de chegada, já que tal afirmação implicaria a noção de equivalência linguística. Na verdade, partindo do pressuposto de que a heterogeneidade linguística é reflexo da heterogeneidade social, tal profissional teria como principal função o diálogo com culturas e variedades linguísticas diversas, procurando intermediar e constituir alternativas para uma boa prática tradutória, tal como postulam os pesquisadores que se filiam aos Estudos Descritivos da Tradução.

Referências bibliográficas

CATFORD, J. C. *Uma teoria linguística da tradução*. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. Paris: The Hague, Mouton & co, 1957.

COSERIU, E. *Lições de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Presença, 1980.

CUNHA LACERDA, P. F. A. *Tradução e Sociolinguística Variacionista: a língua pode traduzir a sociedade?* Revista Tradução e Comunicação, v. 10, p. 127-142, 2010.

EVEN-ZOHAR, I. *Papers in Historical Poetics*. Tel Aviv: Porter Institute for Poetics & Semiotics, 1978.

HOLMES, J. S. *The Name and Nature of Translation Studies*. In: Translated Papers on Literary Translation and Translation Studies. Amsterdam: Rodopi, 1972.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: Philadelphia University Press, 1972.

_____. *Princípios del cambio lingüístico*. Vol. 1. Trad. de Pedro Martin Butragueño. Madrid: Gredos, 1994.

_____. *Principles of linguistic change*. Vols. 1 e 2. Malden/Mass: Blackwell, 2001.

_____. *Building on empirical foundations*. In: LEHMANN, W., MALKIEL, Y. (eds.) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982.

LEFEVERE, A. (ed.) *Translation/History/Culture: a sourcebook*. London: Routledge, 1992.

NEWMARK, P. *Approaches to translation*. Pearson Education. 1981

NIDA, E. *Toward a Science of Translating*. Netherlands: Brill, 1964.

RODRIGUES, C. C. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1977 [1916].

VENUTI, L. *The translator's invisibility*. London/New York: Routledge, 1995.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Empirical foundations for a theory of language change*. Austin: University of Texas Press, 1968.

WILSS, W. *The science of translation: problems and methods*. Tübingen: Narr, 1982.

Enviado para publicação em maio de 2011.

Aceito para publicação em novembro de 2011.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.